



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS III
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS**

SANDRA MARIA SANTOS SILVA

**AS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E
FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS (SCFV) SOB A PERSPECTIVA DOS
EGRESSOS NA CIDADE DE DONA INÊS/PB**

**GUARABIRA
2025**

SANDRA MARIA SANTOS SILVA

**AS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E
FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS (SCFV) SOB A PERSPECTIVA DOS
EGRESSOS NA CIDADE DE DONA INÊS/PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito para à obtenção do título de Especialista em Educação e Políticas Públicas.

Área de concentração: Educação.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Saturnino da Silva

**GUARABIRA
2025**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586c Silva, Sandra Maria Santos.

As contribuições sociais do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) sob perspectiva dos egressos na cidade de Dona Inês/PB [manuscrito] / Sandra Maria Santos Silva. - 2022.

54 p. : il. colorido.

Digitado. Monografia (Especialização em Educação e Políticas Públicas) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, 2025. "Orientação : Prof. Dr. Marcelo Saturnino da Silva, Departamento de Educação - CH. "

1. Educação. 2. Política pública. 3. Serviço de convivência.
4. Fortalecimento de vínculos. I. Título

21. ed. CDD 370.150

SANDRA MARIA SANTOS SILVA

**AS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E
FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS (SCFV) SOB A PERSPECTIVA DOS
EGRESSOS NA CIDADE DE DONA INÊS/PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito para à obtenção do título de Especialista em Educação e Políticas Públicas.

Área de concentração: Educação.

Aprovada em: 13/05/2022.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
gov.br MARCELO SATURNINO DA SILVA
Data: 15/01/2025 02:03:32-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr. Marcelo Saturnino da Silva (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Rita de Cássia da Rocha Cavalcante

Profa. Dra. Rita de Cássia da Rocha Cavalcante
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Regina Maria dos Santos

Prof. Me. Regina Maria dos Santos
Universidade Potiguar (UNP)

Ao meu Deus, que me ajudou em cada momento até aqui, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

A minha mãe, pelos cuidados de sempre.

Ao meu avô (*in memoriam*) que, durante o meu trajeto nesta pós-graduação, fez sua passagem e foi minha maior provação de amor e força.

Aos coordenadores do curso de Especialização em Educação e Políticas Públicas da UEPB, por seu empenho e pioneirismo.

Ao professor Marcelo, pela atenção, auxílio e compromisso no curto período de orientação, para que eu pudesse obter o título de especialista.

Aos professores do Curso de Especialização da UEPB, que contribuíram por meio das disciplinas e debates, para a construção de novos conhecimentos.

Aos colegas de classe e de trajeto, pelas trocas, momentos de partilha, amizade e apoio mútuo.

“A educação não transforma o mundo.
Educação muda pessoas. Pessoas transformam
o mundo”.

– Paulo Freire.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL	10
2.1. O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV	14
3 A DIMENSÃO EDUCATIVA DO SCFV: UM OLHAR A PARTIR DAS CATEGORIAS DA PEDAGOGIA SOCIAL	18
3.1 Pedagogia Social e Educação Social: distanciamentos e aproximações	18
3.2 Contribuições da pedagogia social para o SCFV	20
4 CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DO SCFV NA CIDADE DE DONA INÊS: APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS	24
4.1 Análise dos dados coletados na entrevista com os egressos do SCFV	28
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
REFERÊNCIAS	38
APÊNDICE I	41
APÊNDICE II	42
APÊNDICE III	46

RESUMO

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV é um programa social vinculado ao Centro de Referência da Assistência Social – CRAS e ao Sistema Único de Assistência Social – SUAS do Governo Federal. O propósito deste trabalho é analisar a efetividade do papel formativo e as contribuições no tocante a inserção e reinserção dos jovens vulneráveis na sociedade, por meio deste programa. O presente estudo mostra os resultados de uma pesquisa qualitativa e de análise de dados, na qual os elementos – objeto de estudo – foram compilados por meio de um questionário de pesquisa semiestruturado, aplicado, de forma eletrônica, a dez (10) jovens egressos do programa, que se dispuseram em responder, no período de um mês; dedicado a obtenção de informações relacionadas as atividades realizadas, os pontos positivos e negativos, perfil socioeconômico do público-alvo, e as principais contribuições do serviço na cidade de Dona Inês, município localizado no agreste paraibano. Os relatos dos participantes mostraram o reconhecimento dos aportes oferecidos para o desenvolvimento social, intelectual, moral e pessoal dentro e fora do SCFV. Apesar de também ter apontado problemas, como os estruturais e de transparência, observamos, neste estudo, o potencial formativo e educativo do programa para o público identificado como de risco, (vide transgressões sofridas ou a que estão expostas), a partir do acolhimento, aconselhamento, aperfeiçoamento de suas habilidades, e educação emancipatória de que dispõe – ou que busca ofertar.

Palavras-Chave: Educação; Política Pública; SCFV.

ABSTRACT

The Coexistence and Strengthening of Bonds Service – SCFV is a social program linked to the Social Assistance Reference Center – CRAS and the Federal Government’s Unified Social Assistance System – SUAS. The purpose of this work is to analyze the effectiveness of the training role and contributions regarding the insertion and reintegration of vulnerable young people into society, through this program. The present study shows the results of qualitative research and data analysis, in which the elements – object of study – were compiled through a semi-structured research questionnaire, applied electronically to ten (10) young people graduating from program, which were willing to respond within a month; dedicated to obtaining information related to the activities carried out, the positive and negative points, the

socioeconomic profile of the target audience, and the main contributions of the service in the city of Dona Inês, a municipality located in the countryside of Paraíba. The participants' reports showed recognition of the contributions offered for social, intellectual, moral and personal development within and outside the SCFV. Despite having also pointed out problems, such as structural and transparency ones, we observed, in this study, the training and educational potential of the program for the public identified as at risk, (see transgressions suffered or to which they are exposed), based on the reception, counseling, improving your skills, and emancipatory education that you have – or that you seek to offer..

Keywords: Education; Public Policy; SCFV.

1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho abordaremos sobre as contribuições sociais do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, realizado no Município de Dona Inês-PB, que consiste em uma política pública socioassistencial federal, cofinanciada com estados e municípios. E tem como objetivo, de um modo geral, prevenir a ocorrência de situações de risco e segregação; fortalecer os laços de convivência sociofamiliar e comunitários; fortalecer as redes de proteção socioassistencial nos espaços; promover o acesso à educação e ao capital cultural voltados para o exercício da cidadania, estimulando o protagonismo e o usufruto dos direitos (Brasil, 2014).

As atividades desenvolvidas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, por meio dos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS, fazem parte das políticas sociais educacionais que servem como pontes para reinserção dos indivíduos ao convívio em sociedade. Nesse sentido, procuramos avaliar as contribuições realizadas por esse serviço no município de Dona Inês – PB, a partir da perspectiva dos egressos, abordando a sua dimensão educativa na perspectiva da Pedagogia Social.

Para tanto, buscamos identificar os motivos que os levaram à participação no SCFV, mapeando o cotidiano das atividades desenvolvidas no programa, assim como os principais pontos positivos e negativos, a fim de considerar a relevância e as suas contribuições no âmbito social e local. Dessa forma, com este estudo, pretendemos colaborar para o aprimoramento e incentivo à implementação de programas e práticas semelhantes, que possuem intuito protetivo e formativo.

Esta pesquisa é de caráter qualitativo, e procedemos com a análise de dados colhidos no período de um mês, por meio de um questionário de pesquisa semiestruturado, aplicado de forma virtual a uma população de jovens egressos do programa, dentre os quais, 10 (dez) se disponibilizaram em responder. O contato com os informantes se deu por meio de grupo de *WhatsApp*¹ composto por ex-usuários, no qual foi disponibilizado o link do formulário virtual ofertado pela plataforma do *Google*, cujas informações foram sendo armazenadas e visualizadas ao final do prazo de coleta. Isso ocorreu em virtude ao período de pandemia vivenciado no momento da pesquisa, que inviabilizou o deslocamento e o contato de forma presencial até os entrevistados.

¹ Aplicativo que realiza troca de mensagens instantâneas, no formato de texto, voz, vídeo, além de compartilhamento de dados, links e documentos, através de conexão com a internet.

Para a composição deste trabalho, procedemos metodologicamente com a análise bibliográfica de artigos publicados em eventos e revistas que traduzem experiências semelhantes a que apresentaremos. Abordamos, teoricamente, autores como: Maria das Graças Rua (1998) e Celi Scalon (2011) para falar sobre políticas governamentais e desigualdade social; Érico Ribas Machado (2015, 2017) e Geraldo Caliman (2010) embasaram nossos argumentos sobre a função educativa, seja ela formal ou informal, e o seu compromisso social por meio de programas como o SCFV. Utilizamos também as reflexões de Paulo Freire (1996) que reforçam a importância de uma prática educativa que ensine a questionar e a pensar de forma autônoma; examinamos algumas leis brasileiras, regulamentações normativas e documentos complementares dos conselhos gestores que regem a implementação e operacionalização das políticas públicas socioassistenciais e do programa especificado.

Analizamos o material obtido com o auxílio de um questionário aplicado a ex-usuários(as) que foram atendidos pelo programa em anos diferentes, desde a sua implementação em 2009, quando ainda denominava-se ProJovem Adolescente, e após o reordenamento de cunho direcional e financeiro, no ano de 2013. Buscamos direcionar o nosso olhar para as contribuições do programa, com base nos serviços ofertados ao público-alvo. Essa avaliação foi realizada sob a perspectiva da Pedagogia Social – que é conceituada como uma teoria da ação formativa da sociedade para com os seus cidadãos.

Esta pesquisa está dividida em três partes: na primeira, fazemos um breve relato da Assistência Social no Brasil, destacando alguns pontos importantes como a implantação dos Centros de Referências – CRAS, que são a porta de entrada para o atendimento individual e familiar, o qual é realizado mediante programas como o SCFV. Ainda nesse momento, tratamos da dimensão educativa dos SCFV.

Em seguida, na segunda parte, apresentamos uma abordagem teórica e conceitual sobre a Pedagogia Social no Brasil, mostrando os distanciamentos e as aproximações com a Educação Popular pensada por Paulo Freire. Por fim, na terceira parte, realizamos a análise dos dados coletados nas entrevistas como parte fundamental da pesquisa, trazendo determinadas conclusões acerca da aprendizagem e informações obtidas sobre a temática.

2 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

A desigualdade no Brasil é uma questão que envolve vários fatores associados não só à distribuição de renda, mas também a fatores históricos e sociais que vêm se replicando ao longo das décadas. Além de questões políticas e ideológicas que desencadeiam uma série de outros problemas que reclamam uma atuação na perspectiva das políticas sociais. Nesse sentido, Celi Scalon aponta que:

a desigualdade não é um fato natural, mas sim uma construção social. Ela depende de circunstâncias e é, em grande parte, o resultado das escolhas políticas feitas ao longo da história de cada sociedade. Mas também sabemos que todas as sociedades experimentam desigualdades e que estas se apresentam de diversas formas: como prestígio, poder, renda, entre outras – e suas origens são tão variadas quanto suas manifestações (Scalon, 2011, p. 50).

Assim, as políticas públicas atuam no intuito de tentar minimizar os impactos dessas disparidades na vida dos indivíduos que compõem os estratos mais baixos da hierarquia social, buscando elevar a autoestima e promover algum tipo de mudança em pelo menos um desses campos, nos quais essas discrepâncias se manifestam. Scalon (2011, p. 51) ainda afirma que “a dinâmica da relação entre Estado e sociedade, na qual se inscreve a prática das políticas públicas, é atravessada por desigualdades na distribuição de poder: seja ele político, econômico, social, intelectual ou simbólico”.

Notadamente, como explica Rua (1998), as políticas públicas percorrem um longo processo desde a formulação até a sua efetivação, pois envolvem questões políticas, culturais, econômicas e requerem a participação social. Dessa forma, diminuir as lacunas existentes, criando uma ponte entre o direito garantido em lei e a prática, é possível através da educação. Essa é o cerne da luta contra a desigualdade, visto que o conhecimento liberta, encoraja e capacita os cidadãos para o exercício da sua função social, que é o de participação ativa nas decisões sobre a dinâmica da vida em sociedade, visando garantia dos direitos humanos e sociais básicos, previstos por meio da Constituição Federal (Brasil, 1988).

Logo, a cidadania, como o exercício da participação social consciente, é possibilitada, por exemplo, a partir do favorecimento a educação, ao trabalho, ao lazer e a cultura. Tais oportunidades que em uma sociedade desigual são, conseqüentemente, ofertadas de forma díspar. Assim, a educação, por ser uma forma de empoderar os cidadãos através do conhecimento dos seus direitos, coloca-se como a ponte principal para a transformação. Para tanto, as políticas públicas que a viabilizam – de forma crítica e cidadã – aos indivíduos de

estratos sociais menos favorecidos são de fundamental importância para elevá-los ao cenário participativo.

Nessa perspectiva, a Assistência Social se constitui como uma política pública do governo federal voltada à garantia dos mínimos sociais. Ela não deve ser confundida com filantropia, uma vez que os serviços públicos prestados pelo Estado são direitos sociais frutos das demandas e lutas populares, configurando-se, portanto, como direito que tem na família sua centralidade e que se expressa numa rede articulada de programas e serviços na perspectiva do acolhimento, da garantia da sobrevivência, da segurança, do rendimento familiar e da autonomia. Por isso, a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais dispõe que a articulação em rede:

Sinaliza a completude da atenção hierarquizada em serviços de vigilância social, defesa de direitos e proteção básica e especial de assistência social e dos serviços de outras políticas públicas e de organizações privadas. Indica a conexão de cada serviço com outros serviços, programas, projetos e organizações dos Poderes Executivo e Judiciário e organizações não governamentais (Brasil, 2014, p. 9).

A Assistência social é um dos pilares que compõem o tripé da seguridade social, com ações integradas de saúde e previdência, previstos no art. 194 da Constituição (1988). Nesse sentido, os programas e atividades requerem um envolvimento intersetorial, ou seja, dialogar com outras políticas, como as educacionais, habitacionais, culturais, econômicas etc., é essencial para que não se projetem como práticas isoladas e coloquem em risco o cumprimento do seu papel redistributivo.

É sabido que as políticas e programas socioassistenciais representam a presença do Estado nos territórios, já os centros de referenciamento levam o acesso, a visibilidade e a dignidade a lugares onde antes não havia. Entre os seus objetivos, segundo a Política Nacional de Assistência Social – PNAS, estão estes:

- Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitem.
- Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural.
- Assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária (Brasil, 2004, p. 34).

A política pública da Assistência Social no Brasil teve seu marco inicial com a publicação da Lei de nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, que trata da sua organização e a torna um direito do cidadão assegurado pelo Estado, em um momento em que o Brasil passava por um recente processo de

redemocratização e com a instituição da Constituição Federal de 1988 o país começava a dar passos visando a efetivação de direitos e garantias indispensáveis; assim a LOAS estabelece em seu Art. 1º que:

A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (Brasil, 1993, p. 01).

Posterior a essa publicação, tivemos a Política Nacional de Assistência Social – PNAS, em 2004, com a Resolução nº 145, de 15 out., por meio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e da Secretaria Nacional de Assistência Social – CNAS, criados também no mesmo ano sob o governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Essa política preconizava a implementação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, fruto de discussões da IV Conferência Nacional de Assistência Social, ocorrida em Brasília em 2003, com a finalidade de romper com a lógica assistencialista e ações fragmentadas, e de consolidar as diretrizes estabelecidas na Constituição Federal de 1988 e na LOAS/93.

O SUAS teve suas primeiras regulamentações através da Resolução nº 130, de 07 de julho de 2005, cujas especificações delimitam a Norma Operacional Básica – NOB/SUAS, a qual referencia a atuação do sistema em todo território nacional. A Lei nº 12.435, de 06 de julho de 2011, trouxe alterações aos dispositivos da Lei Orgânica da Assistência Social, e entre outros avanços no âmbito normativo, regulamentou em seu art. 6º o Sistema Único da Assistência Social. Em 2012, o Conselho Nacional da Assistência Social – CNAS, por meio da Resolução nº 33, definiu a atual NOB/SUAS, vista como “avanço incontestável para o Estado, gestores, conselhos, trabalhadores e principalmente para a coletividade, ainda mais para a parcela atendida pelo SUAS” (Reis, 2018).

No ano de 2009, o CNAS aprovou, ainda, a Resolução de nº 109, que trata da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, possibilitando a organização e padronização dos serviços básicos e especializados ofertados pelo SUAS, dentro de três tipologias:

1) Proteção Social Básica, que conta com o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas;

2) Proteção Social Especial de Média Complexidade que conta com o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias Indivíduos (PAEFI), Serviço Especializado

em Abordagem Social, Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias, Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua;

3) Proteção Social Especial de Alta Complexidade que conta com o Serviço de Acolhimento Institucional, Serviço de Acolhimento em República, Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, Serviço de proteção em situações de calamidades públicas e de emergências; contendo a descrição, objetivos, impactos, abrangências e outros pontos acerca dos programas dentro de cada categoria.

Os Centros de Referência da Assistência Social – CRAS e Centros de Referência Especializados da Assistência Social – CREAS, estão normatizados na Lei 12.435/2011 que incluiu na Lei 8.742/93 o Art. 6º-C, cujo parágrafo terceiro dispõe que “são unidades públicas estatais instituídas no âmbito do Suas [sic], que possuem interface com as demais políticas públicas e articulam, coordenam e ofertam os serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social” (Brasil, 2011).

As unidades do CRAS são a porta de entrada para as políticas de assistência social e a Proteção Social Básica. Os estabelecimentos dos Centros de Referência são de fundamental importância para distribuir os serviços com vistas a alcançar e atender o maior número de famílias e indivíduos desassistidos e democratizar o acesso e a oferta, pois:

São instaladas em áreas com alto índice de vulnerabilidade social e os serviços desenvolvidos têm o objetivo de fortalecer vínculos familiares e comunitários, além de inserir indivíduos e famílias em políticas públicas, com o fim de promover o desenvolvimento social (Tavares; Moura, 2016, p. 02).

Já as unidades do CREAS demandam atendimento e atenção especializados, de proteção pessoal e social a indivíduos e/ou famílias em situações de agravo e de ameaça de violação de direitos, agindo de forma interventiva para quebrar os ciclos de violência, por exemplo, buscando amparar com apoio estrutural, psicológico, ético, qualificado, com postura acolhedora, conforme a necessidade da pessoa vulnerável. O CREAS tem ainda a função de atuar preventivamente, para que tais violações não venham a reincidir na vida das vítimas, assim:

É importante mencionar que a atenção especializada e a qualificação do atendimento ofertado no CREAS se expressam também por meio da prevenção do agravamento das situações atendidas. A esta prevenção concerne o conjunto de ações desenvolvidas na perspectiva da redução dos efeitos e consequências das situações

de risco pessoal e social, por violação de direitos, vivenciadas pelos indivíduos e famílias atendidos (Brasil, 2011, p. 28).

O documento de Orientações Técnicas do CRAS reforça que “o SUAS materializa o conteúdo da LOAS, cumprindo no tempo histórico dessa política as exigências para a realização dos objetivos e resultados esperados que devem consagrar direitos de cidadania e inclusão social” (Brasil, 2009, p. 39).

A esse respeito, Keyla Tavares e Késsia Moura consideram que:

O estabelecimento da Política Nacional de Assistência Social e a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em 2003, foram importantes para garantir a oferta dos programas, projetos e serviços assistenciais a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social. Por meio da Proteção Social Básica, o SUAS visa a prevenir e reduzir as vulnerabilidades e riscos sociais, situações que podem surgir em decorrência de fatores que vão de dificuldades financeiras à fragilização de vínculos familiares e comunitários (Tavares; Moura, 2016, p. 02).

No âmbito da Proteção Social Básica, um dos programas que apresenta uma relação dinâmica de oferta de atividades de animação sociocultural para crianças, adolescentes, jovens e idosos a partir de 60 anos, e que as relações entre profissionais educadores e educandos estão muito baseadas na confiança, a fim de transformar as experiências trazidas na bagagem por cada indivíduo em situação de vulnerabilidade, é o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV.

Trata-se de um programa vinculado ao Sistema Único de Assistência Social – SUAS, como já identificamos. Esse projeto disponibiliza a oferta de atividades práticas e educativas fora do espaço formal de educação, com vistas a diminuir a desigualdade educacional e de acesso ao capital cultural em diferentes faixas etárias e cujos pontos tangentes abordaremos no decorrer deste estudo.

2.1 O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV

A Proteção Social Básica desenvolve programas, serviços e ações voltadas a populações e comunidades vulneráveis, em situação de desproteção e exposição a iminentes riscos de violência. Dentro da proteção Social Básica e junto ao Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família – PAIF e ao Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas, está o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, vinculados ao Centro de Referência de Assistência Social – CRAS e ao

Sistema Único de Assistência Social – SUAS, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome².

O SCFV surgiu no ano de 2013, por meio da Resolução nº 01, de 21 de fevereiro de 2013, reconfigurando as regras de oferta de outros dois programas: o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI e o ProJovem Adolescente, com origens históricas diferentes. Essa resolução propôs mudanças também no cofinanciamento – os recursos públicos federais destinados à manutenção do novo programa passa a contar com a colaboração de estados e municípios, bem como com a responsabilidade compartilhada sobre a execução dos mesmos – para garantir a oferta continuada dos serviços e potencializar a inclusão no atendimento e proteção às crianças, adolescentes, jovens e idosos em situação de vulnerabilidade de acordo com as premissas do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS.

O SCFV tem como público-alvo crianças na faixa etária de 6 a 11 anos, adolescentes de 12 a 15, jovens de 16 a 22 e idosos a partir de 60 anos. E define objetivos gerais e específicos para cada um desses grupos, de modo que convirjam para as aquisições pretendidas aos usuários e o alcance dos impactos sociais desejados. Esse serviço é orientado para as seguintes finalidades:

- Redução da ocorrência de situações de vulnerabilidade social;
- Prevenção da ocorrência de riscos sociais, seu agravamento ou reincidência;
- Aumento de acessos a serviços socioassistenciais e setoriais;
- Ampliação do acesso aos direitos socioassistenciais;
- Melhoria da qualidade de vida dos usuários e suas famílias (Brasil; CNAS, 2009, p. 8).

Organiza-se como uma modalidade de educação não formal que aborda temas de forma transversal e interdisciplinar, buscando o alcance da realidade do usuário e objetiva a melhoria das relações sociais, a promoção de vivências, elevação do protagonismo social e o fortalecimento da identidade individual e coletiva.

As atividades realizadas no SCFV são norteadas por uma cartilha própria e a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais, aprovada pela Resolução nº 109/2009, define a sua abordagem como:

Serviço realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações

² No período estudado (2013-2018) as políticas públicas mencionadas estavam vinculadas ao órgão do Governo Federal denominado Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome; a partir de 2019 este órgão passou a denominar-se de Ministério da Cidadania.

de risco social. Forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território (Brasil; CNAS, 2009, p. 8).

Sabemos que as políticas públicas governamentais buscam diminuir as disparidades que geram exclusão, por sua vez, esse serviço está não só comprometido com esse objetivo, mas principalmente voltado aos jovens e adolescentes em processo de escolarização e, assim como outros programas, voltados à educação social. O SCFV pode ser entendido como uma extensão mais lúdica da escola formal, como um complemento voltado à facilitação do acesso ao capital cultural e ao desenvolvimento das sociabilidades, objetivando contribuir na formação profissional, desempenho de atividades de trabalho e prevenção à violação de direitos dos indivíduos. Neste sentido, Geraldo Caliman (2010) defende que:

A ação preventiva se dá através da educação que, extrapolando os limites das salas de aula, se desenvolvem por meio de atividades culturais, de ocupação do tempo livre: esporte, lazer, música, teatro, ritmo, expressão e arte etc. De fato, numa realidade educacional, como a que encontramos no Brasil, é difícil não pensar em educação associada às questões sociais (Caliman, 2010, p. 17-18).

A Tipificação dos Serviços Socioassistenciais, tal como preconizada pela Resolução 109/2009, prevê para o SCFV um trabalho social essencial, cujas medidas confluem com as ações desempenhadas dentro da proteção social básica; a exemplo de intervenções individuais, como a acolhida, informação, comunicação, defesa dos direitos, orientações e encaminhamentos, elaboração de dados e relatórios. Em coletivo, propõe-se o desenvolvimento do convívio familiar e comunitário, fortalecimentos da função protetiva da família, dos vínculos, em grupos de convívio, redes de apoio e mobilização para a cidadania.

No SCFV é ofertado um conjunto de atividades, de acordo com as demandas e as necessidades dos grupos atendidos, visando aquisição de várias habilidades/atitudes, dentre as quais destacamos: oportunização de escolhas e tomada de decisões, superação de dificuldades sociofamiliar, administração de conflitos por meio de diálogos e outros. Tais habilidades contribuem para o desenvolvimento das relações e dos processos sociais, elevação dos vínculos de convivência e a autonomia.

Os objetivos gerais que norteiam o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos são consonantes com os objetivos do SUAS, com a centralidade na família e a contribuição para a inclusão e a equidade. Os princípios norteadores do SCFV baseiam-se na prevenção de violências, promoção de direitos e desenvolvimento da cidadania dos seus usuários, a saber:

- Complementar o trabalho social com família, prevenindo a ocorrência de situações de risco social e fortalecendo a convivência familiar e comunitária;
- Prevenir a institucionalização e a segregação de crianças, adolescentes, jovens e idosos, em especial, das pessoas com deficiência, assegurando o direito à convivência familiar e comunitária;
- Promover acessos a benefícios e serviços socioassistenciais, fortalecendo a rede de proteção social de assistência social nos territórios;
- Promover acessos a serviços setoriais, em especial das políticas de educação, saúde, cultura, esporte e lazer existentes no território, contribuindo para o usufruto dos usuários aos demais direitos;
- Oportunizar o acesso às informações sobre direitos e sobre participação cidadã, estimulando o desenvolvimento do protagonismo dos usuários;
- Possibilitar acessos a experiências e manifestações artísticas, culturais, esportivas e de lazer, com vistas ao desenvolvimento de novas sociabilidades;
- Favorecer o desenvolvimento de atividades intergeracionais, propiciando trocas de experiências e vivências, fortalecendo o respeito, a solidariedade e os vínculos familiares e comunitários (Brasil, 2009, p. 10).

As estratégias de execução contam com a destinação de períodos de funcionamento para cada grupo que ocorrem de forma intercalada, em dias úteis, finais de semana e feriados, de acordo com a demanda, cuja abrangência corresponderá ao território (seja bairro, município, zona rural e/ou urbana) referenciado à unidade CRAS mais próxima. Deve-se destinar ao serviço um ambiente físico convidativo e propício à realização das atividades pensadas de acordo com os objetivos a serem alcançados, bem como prover os recursos materiais (permanentes e de consumo) e humanos (profissionais capacitados e devidamente remunerados para o exercício de suas funções), tendo em vista que a atuação desses profissionais tem como horizonte a Pedagogia Social, como veremos a seguir.

3 A DIMENSÃO EDUCATIVA DO SCFV: UM OLHAR A PARTIR DAS CATEGORIAS DA PEDAGOGIA SOCIAL

3.1 Pedagogia Social e Educação Social: distanciamentos e aproximações

Segundo Caliman (2010), a Pedagogia Social tem caráter preventivo e curativo, exercido através de instituições socioeducativas e em condições adversas, enfrentando conflitos, violências, carências vivenciadas individualmente ou em grupos. Essa modalidade de educação pode ser formal ou não formal, mas, para além dos conteúdos previstos nas bases curriculares educacionais, está sempre comprometida com a formação cidadã.

Scalon (2011, p. 63) afirma que “é difícil supor que a educação sozinha seja capaz de reverter um cenário de desigualdades que se expressam em várias dimensões”. No entanto, a educação é capaz de promover uma mobilização social, o que indica a estruturação e o desejo de uma sociedade, exatamente por que, por meio da educação, os sujeitos podem vir a reconhecer a situação de opressão na qual se encontram, o que lhes possibilita um engajamento para a mudança de situações que os tornam oprimidos.

Assim, a Pedagogia Social está mais atrelada à educação não formal e aos programas sociais, caracterizando-se por ser menos burocrática e não ter relação com a obtenção de diplomas, podendo ser aplicada em outros espaços sociais considerados educativos, como por exemplo, em igrejas, ONG's, associações etc. Instituições em que a formação laboral, ocupacional e sociocultural prima pelo desenvolvimento comunitário, e a educação promove o aperfeiçoamento das faculdades humanas e é construída através dos saberes de seus próprios grupos.

Para Carreras (1997 *apud* Machado, 2015) a Pedagogia Social atende a uma área de conhecimento teórico, com tendência reguladora e prática educativa libertadora, para isso destaca a construção e a aplicação de conhecimentos que priorizem a valorização do perfil crítico reflexivo e dialético, entendendo a educação enquanto um processo permanente. Kelson Sales e Ana Célia Menezes (2015, p. 28) concordam que o ser humano está em constante modificação, “ser que vai constituindo-se sócio historicamente e culturalmente numa trama complexa de múltiplas dimensões, e por isso educadores e educandos podem tecer práxis educativas que se constituem em múltiplas dimensões”.

O seu principal objetivo não é competir ou comparar-se a educação formal, mas oferecer aos sujeitos socialmente vulneráveis alternativas a mais de aprendizado, podendo ocupar-se no tempo livre de atividades formativas e de construção da sua *persona*

“respeitando o tempo de cada um para que ele possa sair da situação que se encontra e tenha suas necessidades básicas atendidas” (Santos; Costa; Nunes, 2017, p. 64).

Desse modo, a função da Pedagogia Social, em suas diversas formas de expressões, é despertar o protagonismo e orientar o potencial crítico existente em cada indivíduo para atuar de forma consciente nos espaços de convívio familiar e social. Essa pedagogia é voltada, sobretudo, para os grupos em situação de vulnerabilidade. Caliman, destaca que:

A Pedagogia Social assim concebida focalizaria as ações compensatórias, redistributivas e os subsídios à cidadania através dos recursos proporcionados pela solidariedade social. Aproxima-se da corrente da Pedagogia Social crítica que, através da ação socioeducativa orientada a sujeitos e grupos socialmente a risco, objetiva provocar mudanças nas pessoas e na sociedade. Podem ser identificados como seus inspiradores, no âmbito alemão, Klaus Mollenhauer e, no brasileiro, Paulo Freire (Caliman, 2010, p. 9).

A educação social não pode ser entendida como prática assistencialista, ela tem sua importância na formação dos indivíduos que passam por alguma carência estrutural, familiar, psicológica e social, e se desenvolve nos espaços onde há situações de vulnerabilidade. Como também é aliada à escola na construção de valores e da personalidade, possui uma “perspectiva de transformação da realidade” (Machado, 2015, p. 6), diferenciando-se da educação formal, que está preocupada com a transmissão dos conteúdos em sala de aula.

Os processos educativos ocorrem através de construções conjuntas de significados, que, segundo Carreras (1997 *apud* Machado, 2015), dá-se por meio da interação no seu contexto cultural, compartilhamentos e consensos, assim como em diferentes contextos e espaços, como ressalta o educador Paulo Freire ao dizer que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção” (1996, p. 25-25), respeitando as individualidades e a bagagem cultural de cada um(a).

Os educadores sociais, que trabalham no âmbito dos programas de apoio como Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, atuarão de forma a mediar e auxiliar na formação de um senso crítico, a partir do qual os indivíduos irão adquirir autonomia para fazer suas escolhas e filtrar as informações que circulam em seus ambientes familiares e sociais, possibilitando, dessa forma, um agir consciente e crítico.

A pedagogia e a educação social correspondem à teoria e a práxis: a pedagogia social é encarregada do conhecimento epistemológico teórico e consiste na ciência da prática da educação social. Esse conhecimento empírico conceitual analisa as influências educacionais, transmissão de valores e interferências nos espaços próprios de uma sociedade, bem como sua finalidade sociopolítica. Já a educação social deve ser entendida, de acordo com Machado

(2015, p. 9), “como dimensão prática da Pedagogia Social”, e sua intervenção ocorre “em situações em cuja realidade emergem pedidos de ajuda, de solidariedade, de orientação” (Caliman, 2010, p. 17).

Para Érico Ribas Machado e Carla Holetz (2017, p. 6) a educação social, “pode ser o fator determinante na melhoria das condições de uma comunidade desassistida, política, econômica e socialmente”. Para Caliman (2010, p. 26), “a pedagogia social constrói a ponte entre as ciências sociais, os serviços sociais e a própria educação”. Assim, tanto a pedagogia como a educação social carregam o papel de transformação social que permeiam o acesso ao conhecimento, adentrando as diversas realidades, a fim de contribuir para a formação cidadã e a promoção do bem-estar individual e coletivo.

3.2 Contribuições da pedagogia social para o SCFV

A Pedagogia Social configura-se como o conhecimento teórico, saber epistemológico acerca da ação e prática social educativa que objetiva a potencialização dos meios de acesso à educação, ao capital cultural, ao despertar do pensamento crítico reflexivo, por meio da qual os cidadãos poderão alcançar melhores perspectivas e condições de vida. Esse processo ocorre também por meio da relação entre educadores e educandos, pois,

A relação educativa é essencial para que aconteçam os processos educativos na educação social: o educador tem capacidade de transformar opiniões dos educandos se e somente quando consegue construir boas relações baseadas na confiança (Caliman, 2010, p. 21).

A interação entre quem ensina e aquele que aprende e os laços de confiança estabelecidos entre si geram autoestima e empoderamento dentro dos espaços de sociabilidade. No SCFV, os facilitadores exercem a função de educadores sociais e devem atuar de modo a tornar o ambiente frequentado pelos os usuários um pouco mais igualitário. Para isso, é importante que incentivem o acolhimento, o qual deve ser realizado pelos próprios participantes, visando promover o sentimento de pertença e o protagonismo. Buscando atingir esses pontos, é necessário um olhar sensível dos profissionais aliados aos recursos teóricos, relacionando-os e atentando às necessidades e aos sentimentos dos usuários, processo esse que está para além das apreensões educativas.

É importante partir sempre da realidade do aluno, buscando estabelecer uma relação de confiança entre as partes interessadas em tornar possível a identificação dos problemas que, muitas vezes, não são expostos facilmente a priori e dependem da sensibilidade dos

profissionais para que sejam detectados. Diante de um caso de violência, por exemplo, ou em outras situações de risco em que se encontram, geralmente, os jovens atendidos, o objetivo principal das políticas sociais é afastar aquilo que causa dor, propor processos e atividades curativas, no sentido de trabalhar os traumas a fim de superá-los.

Segundo os argumentos de Caliman (2010), os diálogos que trabalham a resiliência e a construção de motivações exercitam a positividade a partir dos traumas vividos, ajudando e permitindo que esses sujeitos possam criar perspectivas e batalhar em prol de um futuro melhor. A partir dessa proposta, Machado e Holetz (2017, p. 8) apontam que “o trabalho realizado pelos educadores sociais de conscientização das crianças e adolescentes sobre si próprios concorre para superação de suas dificuldades enquanto seres humanos”.

Neste sentido, Marcelo Silva, Verônica Silva e Germana Menezes (2021, p. 4) falam sobre a importância da formação teórica, crítica, metodológica e ética dos profissionais que assumem essa função. Para subsidiar a sua atuação, esses autores apontam que:

alguns pesquisadores (SOUZA; FREITAS; SANTOS, 2015) têm enfatizado a necessidade de formação e aperfeiçoamento dos educadores sociais, haja vista a carência de subsídios teóricos que sustentem e embasem sua prática, sobretudo do ponto de vista de perspectiva emancipatória.

As instituições de educação não formal, por vezes, são vistas por seu público-alvo como uma segunda casa, onde as questões sociais, pessoais, emocionais, familiares, que não são compreendidas pelo currículo das escolas formais, podem ser discutidas e acolhidas. Não são raras as situações nas quais os alunos acabam desenvolvendo relações de afeto pelos profissionais, que representam para eles um referencial de estabilidade e carisma, do qual também sofrem carência.

Eis a importância dos profissionais dessa área, segundo Sales e Menezes:

o educador/oficineiro, por sua vez, é o responsável pela viabilização e organização dessas experiências pedagógicas, articulando teoria-prática. Ele prepara condições de aprendizagens, cria desafios para que os alunos busquem soluções, o que leva ao desenvolvimento de diversas competências e habilidades (2017, p. 29).

Na educação não formal, assim como ocorre com os professores na educação formal, são os educadores/oficineiros/orientadores os mediadores e responsáveis por fazer a ponte entre a conceituação teórico-pedagógica e a prática social educativa e, ainda, pela condução dos atendidos nos processos formativos. Um dos objetivos do SCFV é ampliar o arcabouço cultural, informacional e teórico dos usuários, visando diminuição das desigualdades

socioculturais, de acordo com o que especifica a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais para crianças e adolescentes de seis a quinze anos:

- Complementar as ações das famílias e comunidades na proteção e desenvolvimento de crianças e adolescentes e no fortalecimento dos vínculos familiares e sociais;
- Assegurar espaços de referência para o convívio grupal, comunitário e social e o desenvolvimento de relações de afetividade, solidariedade e respeito mútuo;
- Possibilitar a ampliação do universo informacional, artístico e cultural das crianças e adolescentes, bem como estimular o desenvolvimento das potencialidades;
- Estimular a participação na vida pública do território e desenvolver competências para a compreensão crítica da realidade social e do mundo contemporâneo;
- Contribuir para a inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema educacional (2009, p. 12).

As diversas situações de vulnerabilidade somadas à falta de oportunidades vêm tirando cada vez mais dos jovens o direito de sonhar, desencorajando-os a lutar por um futuro melhor, pois, como afirma Abramovay:

O expressivo contingente de jovens existentes no conjunto geral da população, somado ao aumento da violência e da pobreza e ao declínio das oportunidades de trabalho, estão deixando a juventude latino-americana sem perspectivas para o futuro, sobretudo o segmento de jovens que está sendo vítima de situações sociais precárias e aquém das necessidades mínimas para garantir uma participação ativa no processo de conquista da cidadania (2012, p. 9 *apud* Machado; Holetz, 2017, p. 4)

Um dos fatores que auxilia na reprodução da pobreza econômica e intelectual é a dificuldade de acesso à educação de qualidade, estudos como o de Rodolfo Roffmann (1995), com base em dados e estatísticas de órgãos de fiscalização e indicadores socioeconômicos brasileiros como o Pnad (Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílio), PIB (Produto Interno Bruto), *renda per capita* e outros, têm evidenciado a relação da insuficiência alimentar e desnutrição em crianças, com a baixa escolaridade de seus genitores. O estudo revela ainda que a segurança alimentar depende de uma rede de garantias de direitos básicos, dispostos pela Constituição Brasileira e que deveriam ser garantidos na prática, como: acesso à educação, saneamento básico, acesso a saúde pública de qualidade, renda salarial mínima que possibilitem a subsistência familiar. É neste sentido que a educação se coloca como uma ponte capaz de conduzir os indivíduos à transposição das condições precárias em que se encontram, para o alcance de condições mínimas e dignas de vida.

A seguir iremos analisar a política de proteção social básica do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, seu papel formador de cidadãos críticos e agentes transformadores da sua própria realidade, e dentro deste contexto, seus possíveis resultados na

ampliação das oportunidades e na melhoria da qualidade de vidas dos jovens na cidade de Dona Inês.

4 CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DO SCFV NA CIDADE DE DONA INÊS: APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

A cidade de Dona Inês está situada na mesorregião do agreste paraibano, na microrregião de Guarabira, com extensão territorial de 173,648 km² e um contingente populacional estimado de 10.517 habitantes. 4,8 dessa população está ocupada e possui um rendimento médio mensal de 2,2 salários-mínimos, o fluxo do PIB *per capita* contabiliza 7.825,70 R\$ e os índices de Mortalidade Infantil são de 6,85 óbitos por mil nascidos vivos, segundo dados do IBGE.

De acordo com o Censo/2010, a densidade demográfica do município é de 63,29 hab/km², possui o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,545 e taxa de escolarização de 98,1%. O IDEB nos anos iniciais do ensino fundamental da rede pública é de 5,6 e nos anos finais da rede pública é de 4,8.

A cidade conta com um Centro de Referenciamento da Assistência Social – CRAS, através do qual funciona o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, desde o ano de 2013, quando ocorreu o reordenamento e unificação de outros dois programas: o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI e o Projovem Adolescente – PJA, além de um Centro de Referenciamento Especializado da Assistência Social – CREAS, que são políticas públicas vinculadas ao Sistema Único de Assistência Social do Governo Federal.

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, é uma política que teve início no ano de 1996, com o intuito de combater a exploração do trabalho de crianças de até 14 anos de idade, inicialmente com foco em carvoarias em uma região do Mato Grosso do Sul e depois ampliado aos demais estados brasileiros; e o Projovem Adolescente – PJA é um programa de proteção social básico para jovens de 15 a 17 anos, em execução no município de Dona Inês desde o ano de 2009. Segundo informações do Ministério da Cidadania:

Em 2005, ocorreu a integração do PETI com o Programa Bolsa Família, o que trouxe mudanças significativas para o aprimoramento da gestão da transferência de renda. Em 2011, o PETI foi instituído pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) como um programa de caráter intersetorial, integrante da Política Nacional de Assistência Social, que compreende: transferências de renda; trabalho social com famílias e oferta de serviços socioeducativos para crianças e adolescentes que se encontram em situação de trabalho (Brasil, 2019).

No ano de 2013, houve o reordenamento desses programas (CNAS, 2013), cuja finalidade seria a unificação e o cofinanciamento, considerando os avanços no SUAS para conferir mais agilidade a execução do programa, que passou a atuar como SCFV em atendimento prioritário e ampliado para as crianças e os jovens em situação de

vulnerabilidade, como também a idosos acima de 60 anos, é o que afirma Maria de Fátima Pereira. no documento sobre o passo a passo para o Reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos:

O reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), no âmbito do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), visa equalizar a oferta do SCFV para as faixas etárias de 0 a 17 anos e acima de 60 anos, unificar a lógica de cofinanciamento e estimular a inserção do público identificado nas situações prioritárias, conforme pactuado na Comissão Intergestores Tripartite – CIT e deliberado pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS (Pereira, 2013, p. 1).

O público atendido pelo serviço unificado na cidade de Dona Inês é de crianças na faixa etária de 7 a 11 anos, adolescentes de 12 a 15, jovens de 16 a 22 e idosos a partir de 60 anos. A cada ano é aberto um processo de seleção visando a entrada de usuários a partir de critérios que têm como enfoque as situações de vulnerabilidade, sendo realizada uma busca ativa no sistema de acompanhamento de famílias do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, que é a porta de entrada para os serviços socioassistenciais. É esse público prioritário que garante o repasse de recursos federais para o custeio das atividades e favorece um trabalho de qualidade.

Embora haja critérios para ingressar em programas como o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, observa-se, através dos relatos colhidos, uma grande procura por parte dos pais ou responsáveis e pelos próprios jovens. Isso por ser ofertado em horários em que esses não estão nas instituições de educação formal, com o intuito de tirá-los do ócio e das ruas – espaços que os torna suscetíveis a situações de risco – para propor atividades formadoras e potencializadoras, dado o seu caráter “preventivo e proativo” (Barbosa, 2014 *apud* Machado; Holetz, 2017, p. 4).

É importante frisar que no momento da elaboração desta pesquisa, os serviços estavam suspensos em razão da pandemia da Covid-19, que se espalhou pelo mundo no ano de 2020, tendo a Secretaria Nacional de Assistência Social aprovado Nota Técnica nº 20/2020 para concessão de benefícios eventuais para auxiliar as famílias no enfrentamento aos impactos causados.

Para Machado e Holetz (2017, p. 7), o que caracteriza a oferta de serviços em cada grupo, das crianças e adolescentes aos jovens, são os enfoques. No primeiro, com relação a proteção contra a violência doméstica e no combate ao trabalho infantil e, no segundo, com a formação escolar e inserção dos jovens no mundo do trabalho.

O programa está vinculado ao Centro de Referência de Assistência Social, trabalhando como educação não formal e durante o ano aborda temas de forma transversal e interdisciplinar, seguindo uma cartilha própria que norteia os trabalhos, mas abrindo espaço para abordagem de tópicos atuais e pertinentes, culminando na realização de mobilizações e campanhas.

Sobre essa interdisciplinaridade e transversalidade as Orientações Técnicas do CRAS dispõem:

O enfoque interdisciplinar é adotado como processo de trabalho no âmbito do SUAS, a partir da compreensão de que o principal objeto de ação da política de assistência social – as vulnerabilidades e riscos sociais – não são fatos homogêneos e simples, mas complexos e multifacetados, que exigem respostas diversificadas alcançadas por meio de ações contextualizadas e para as quais concorrem contribuições construídas coletivamente e não apenas por intermédio do envolvimento individualizado de técnicos com diferentes formações (Brasil, 2009, p. 64).

O objetivo do serviço, como já exposto, é voltado para a proteção social básica a grupos de risco em diferentes faixas etárias, bem como projetos pensados e executados no sentido de resgatar das situações de risco. Para isso, pode-se incluir, como por exemplo, a escolinha de futebol que é realizada como estratégia de combate ao trabalho infantil aos sábados, no horário da feira livre da cidade, onde costuma haver oferta/exploração dessa mão de obra.

As atividades são realizadas em salas, no pátio, dentro e fora da sede, em espaços como quadras de esportes e campo de futebol. As principais oficinas realizadas pelo SCFV de Dona Inês são dança, teatro, arte, esporte e música, cujo objetivo é o resgate cultural local, a fim de despertar o interesse por assuntos diferentes dos conteúdos trabalhados na escola tradicional, além dos momentos de orientação e abordagem conceitual dos temas a serem trabalhados. São também organizadas em horários diferentes, de modo que os orientadores e oficinairos sejam divididos por faixa etária, visando contemplar a participação de todos os usuários.

Sobre a recreação, Caliman adverte:

é bom lembrar que as atividades de animação sociocultural são atividades-meio e não exatamente atividades fim. Melhor explicando, quando envolvemos adolescentes em atividades esportivas, o objetivo principal não seria torná-los jogadores profissionais, mas sim a socialização e o desenvolvimento relacional, físico e psicológico que tais atividades proporcionam (2010, p. 21).

As turmas possuem em média 25 alunos e os grupos são trabalhados com diferentes dinâmicas, dias e horários de atendimento, sendo segundas e terças: grupos de 7 a 22 anos; quartas: idosos; quintas e sextas: planejamento e elaboração de atividades. As nomenclaturas atribuídas aos colaboradores e alunos também são diferentes. Esses são chamados de usuários, já aqueles de coordenadores, oficinairos e orientadores. O trabalho desempenhado com os adolescentes e jovens tem função objetiva no campo social, os agentes agem coletivamente e cada um exerce uma função específica que trabalha diversas habilidades para que os usuários se tornem protagonistas da própria história e façam a diferença dentro da sociedade, quebrando preconceitos e desmistificando assuntos considerados tabus, utilizando uma abordagem aberta e amigável. Já a turma de idosos, composta por 60 pessoas, demanda a dedicação de todos os profissionais ao mesmo tempo, em dia e horário exclusivo para esse público, com dinâmicas específicas.

A respeito dessa organização, Caliman ressalta que o trabalho dos educadores sociais não é direcionado somente ao tratamento em grupos, que é importante para exercitar o convívio social, mas trabalha-se também com os indivíduos que, mesmo com suas demandas, as quais são tratadas de forma singular, geram os enquadramentos, ou seja, as particularidades que os aproximam a partir da identificação. Esses podem ser classificados por determinados critérios, tais como os geográficos, de idade e sociais:

Segundo um critério geográfico, os programas socioeducativos voltados para o atendimento ao bairro, quarteirão, comunidade, cidade; segundo critérios de idade volta-se para grupos de crianças, adolescentes, jovens e adultos e até idosos, que compartilham necessidades específicas; segundo critérios sociais, a educação social se dirige a grupos que compartilham dificuldades, riscos e necessidades comuns e específicas (uso de drogas, situações de pobreza, violência urbana, envolvimento com gangues antissociais etc. (Caliman, 2010, p. 17).

Uma das orientadoras em entrevista sobre o funcionamento do SCFV concedida por meio de recurso de áudio, antes do início da pandemia, ressalta que infelizmente a Assistência Social não é universal como a educação e a saúde, é para quem dela necessita. Assim, o público é diferenciado e os serviços atendem de forma conjunta a encaminhamentos de outros setores como psicologia, educação, saúde, conselho tutelar e/ou promotoria, aqui está a intersetorialidade.

A tipificação dos serviços ressalta que “integração é a palavra-chave para a consolidação do SUAS” (Brasil, 2013, p. 15), porém a universalização do Sistema Único da Assistência Social é uma das metas prioritárias do II Plano Decenal de 2016 a 2026, cujas diretrizes giram em torno do aprimoramento do SUAS e sua democratização, reforçando os

compromissos estabelecidos no I Plano 10 (2005 à 2015) para o “usufruto de direitos sociais e do acesso a proteção social não contributiva” (Brasil, 2016, p. 21).

A forma como os serviços socioassistenciais deve ser executada, não pode levar à exposição das pessoas e grupos atendidos, pois o intuito é possibilitar a construção/formação e reinserção dos indivíduos, não a rotulação ou julgamentos. Nesse sentido, o fator econômico não é o único critério utilizado para o atendimento pelo programa, como também os públicos em situação de vulnerabilidade e/ou já acompanhados pelas unidades CRAS.

A tipificação que rege a Assistência Social tem um cunho direcional para o trabalho que será realizado pelos profissionais dentro do serviço, os demais materiais são de busca individual quanto a teorias e métodos pedagógicos, contando com uma abordagem crítica, atual e reflexiva, para que os jovens cheguem as suas próprias conclusões, por intermédio da orientação social ofertada. No SCFV da cidade de Dona Inês é feito um planejamento anual com toda a secretaria, e, posteriormente, mensal e semanal, de forma contextualizada e sincronizada, um trabalho em rede que envolve os demais setores, tendo em vista que o usuário do serviço é o aluno da educação fundamental, paciente do SUS e, muitas vezes, também acompanhado pelo conselho tutelar.

Nesse sentido, é importante identificar o papel de cada um desses setores, bem como pensar estratégias para uma atuação intersetorial, visto que, como destaca o documento de Orientações Técnicas do CRAS:

A intersetorialidade se refere à articulação entre setores e saberes, para responder, de forma integrada, a um objetivo comum. É uma nova maneira de trabalhar, de governar e de construir políticas públicas, que possibilita a superação da fragmentação dos conhecimentos e das estruturas sociais, para produzir efeitos mais significativos na vida da população, respondendo com efetividade a problemas sociais complexos (Brasil, 2009, p. 26).

As formações orientam as atividades, além disso, os trabalhos da assistente social, professora, pesquisadora e ativista, Aldáiza Sposati, foram elencados pelos colaboradores como referências utilizadas. Os escritos dessa autora revelam a sua trajetória na luta por direitos sociais, e reconhecidas contribuições no âmbito da Assistência Social. A modalidade de educação que traz o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, alinhada ao serviço social é complementar à educação formal, que não consegue abarcar todos os campos – além do cumprimento da grade curricular –, como o psicológico, o social e o emocional.

4.1 Análise dos dados coletados na entrevista com os egressos do SCFV

Após o período dedicado à aplicação do questionário, que se deu por meio de formulário eletrônico, tendo em vista o período pandêmico vivenciado, foi possível analisar as informações coletadas junto aos usuários egressos do programa. A tabela abaixo traz os principais dados de identificação dos entrevistados. É importante salientar que, visando preservar suas identidades, optamos por utilizar codinomes:

Tabela 1 – Dados de identificação dos entrevistados				
Entrevistados (codinomes)	Gênero	Idade	Escolaridade	Estado Civil
André	M	24	Ens. Superior Incomp.	Solteiro
Breno	M	25	Ens. Superior Comp.	União Estável
Carlos	M	26	Ens. Superior Comp.	Solteiro
Daniel	M	25	Ens. Médio Comp.	Casado
Eduardo	M	28	Ens. Superior Comp.	Casado
Fábio	M	27	Pós-Graduação	Casado
Geiza	F	24	Ens. Médio Comp.	Solteira
Helena	F	24	Ens. Superior Incomp.	Solteira
Ítalo	M	27	Ens. Médio Comp.	Solteiro
José	M	20	Ens. Médio Incomp.	Solteiro

Fonte: Elaborada pela autora.

Todos (as) os (as) entrevistados (as) participaram do SCFV ou ProJovem Adolescente no período que compreende os anos de 2009 a 2018. Desses, apenas um não exerce nenhuma atividade profissional remunerada e, entre os demais, três atualmente estão atuando no SCFV do município, dois deles assumem a função de oficinairos, e um de orientador social. A renda salarial familiar média entre os participantes gira em torno de R\$ 2.000.

Perguntados sobre o que os levou a participar do programa, o entrevistado André (2021) (oficineiro de teatro) e a entrevistada Geiza (2021) (oficineira de dança), ambos no SCVF, responderam que foram atraídos pelas oficinas ofertadas. Outros integrantes responderam que foram motivados pela possibilidade de obter novos conhecimentos e pela influência de amigos que já haviam participado. Todos os participantes avaliaram sua experiência como “ótima”, “incrível”, “maravilhosa”, “excelente” e “muito boa”. O entrevistado Fábio (2021), que atualmente é orientador social no programa, escreveu:

Minha experiência no ProJovem Adolescente foi muito positiva, pois lá eu tive incentivo para o desenvolvimento de diversas potencialidades artísticas e culturais. Além da contribuição para uma melhor compreensão dos meus direitos e deveres enquanto cidadão, bem como, para a formação de vínculos de amizade e melhor socialização.

A entrevistada Geiza (2021) relatou a participação no SCFC como “uma experiência fantástica” que marcou sua vida “com valores e aprendizados únicos”. A partir disso, percebemos que os pontos destacados nas falas dos entrevistados como o desenvolvimento de potencialidades, ampliação do universo informacional e reconhecimento dos direitos e valores para o fortalecimento das experiências de socialização, refletem o alcance de parte dos objetivos estabelecidos para o programa na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, que engloba também a promoção de condições de autonomia sociofamiliar, a prevenção da segregação de crianças, jovens, adolescentes, idosos em condições adversas e pessoas com deficiência, a garantia do conhecimento e o acesso aos direitos e políticas de proteção social.

Entre as atividades desenvolvidas no âmbito do serviço, foram relatadas pelos ex-usuários a formação técnica geral de incentivo para os sonhos profissionais, que são: a orientação social, as oficinas de desenho, futsal, futebol, natação, informática, artes, dança, música, capoeira, teatro, construção de horta e jardim. De fato, as trocas culturais, intervenções lúdicas e expressões artísticas são um dos focos descritos para o programa em sua normatização (Brasil, 2009, p. 8).

Em relação ao que lhes era mais prazeroso e relevante dentro do que era ofertado no programa, quatro dos entrevistados falaram da união entre os jovens, dos vínculos criados e das amizades construídas. Dois dos entrevistados ressaltaram o aprendizado e a relação com os orientadores. Outros três elencaram as oficinas, os projetos e a orientação social como o mais prazeroso e relevante para o seu desenvolvimento. O participante Fábio (2021) destacou que “saber que tínhamos um espaço onde podíamos aprender coisas novas, nos desenvolver, dar nossa opinião, fazer amizades e mostrar nosso potencial enquanto adolescentes” foi o mais importante e salutar.

Esse relato do participante reforça a função dos programas sociais e da pedagogia social em territórios de vulnerabilidade enquanto espaço de apoio, interação, expressão, fortalecimento dos vínculos sociais, de construção de aprendizados, superação e reconhecimento de si e dos outros como sujeitos iguais, pertencentes e importantes socialmente.

Sobre os pontos positivos e negativos relacionados ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos na cidade de Dona Inês, obtivemos as seguintes respostas:

André: Os positivos era possibilidades dadas de você aprimorar suas habilidades. Os pontos negativos não são relevantes.

Breno: Pontos positivos: a liberdade de criatividade dos jovens, a proximidade entre professores e alunos. Pontos negativos: a não continuidade dos projetos, como o grupo de percussão.

Carlos: Antes nem um [ponto negativo], hoje muitos o pior deles o endurecimento de regras e a tentativa de misturar idades apenas por conveniência financeira.

Daniel: Pontos positivos é que foi uma experiência única de aprendizagem que levarei por toda vida. Pontos negativos é que as vezes faltava um pouco de incentivo dos órgãos responsáveis.

Eduardo: Ponto negativo. O espaço, o prédio, penso que hoje o mesmo é muito pequeno para acomodar os usuários. Ponto positivo. Os funcionários, são todos competentes.

Fábio: Considero bastante positivos os projetos que eram desenvolvidos a nível de Município: Quadrilhas, peças de teatro, time de futebol, grupos de Xaxado, Maracatú, Banda de Percussão, gincanas, passeios... Vejo como negativo, alguns outros projetos comunitários que em dado momento fomos motivados a traçar, contudo, não foi possível colocarmos em prática. Cada coletivo devia traçar um projeto, lembro de 2: a rádio comunitária e a melhoria da praça próxima a Prefeitura.

Geiza: São muitos pontos positivos: Todos que participaram tem relatos positivos dos momentos vivenciados lá.

Helena: Positivos: todas as atividades eram bem planejadas e executadas. As apresentações, tudo levava para o nosso crescimento social e pessoal. Negativo: poderia ter mais oficinas, como a natação q foi tirada, assim como informática... O espaço tbm n era muito extenso.

Ítalo: Positivos era a maneira de como os professores e funcionários tratavam todos os Alunos da época. E um ponto negativo no meu ponto de vista é que deveria ter investido mais no esporte.

José: Pontos positivos: os orientadores eram muito dedicados, e lhe transmite alegria. Negativos: não era a semana toda, e sim de 2 a 3 dias.

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos exerce um modelo de educação não formal e a prática educativa foi um dos principais pontos positivos elencados nas falas dos entrevistados no que se refere ao desenvolvimento e ao aprimoramento de habilidades e sociabilidades, dos saberes constituídos através das experiências vividas e da conquista de autonomia de pensamento viabilizado através de um método de ensino emancipatório.

A variedade dos projetos artísticos, culturais, desportivos, turísticos e as apresentações em que os usuários do SCFV na cidade de Dona Inês estavam envolvidos, muitos desenvolvidos por eles mesmos, foram destacados como pontos importantes para o crescimento social e pessoal de cada um deles. Assim, caracteriza-se, como um local de abertura e de incentivo ao protagonismo juvenil – que consiste no espaço formativo e dialógico propiciado aos jovens e adolescentes para se expressar e ter voz ativa, seja por meio das artes, dos discursos ou da criatividade das formas que cada um encontra para se comunicar e se identificar socialmente –, um espaço de diversidade, de não rotulação e de liberdade para se reconhecer, empoderar-se e se colocar socialmente em qualquer espaço em que desejam estar.

As relações de convivência entre os participantes, especialmente com os funcionários e orientadores, foram mencionadas como algo positivo e significativo para o processo de aprendizagem e para o convívio social. Isso no sentido de que não há um sentimento de superioridade ou diferenciação hierárquica entre quem ensina e quem aprende ou quem serve e é servido, mas todos são tratados de forma igualitária, enquanto pessoas que apenas exercem funções diferentes dentro do programa.

Esse tipo de relação contribui para que prevaleça o respeito entre as pessoas de classes sociais e profissões distintas, já que, muitas vezes, umas são desvalorizadas ou vistas como subordinadas e outras são consideradas superiores. Como também coloca em prática o que está previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos, incorporado pela nossa CRFB/88 que em seu art. 5º, sobre os direitos e garantias fundamentais, diz: “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza [...]”.

Para um jovem exposto a diversas vulnerabilidades, saber que pode contar com um espaço de apoio e acolhimento, com um ambiente que desperta o sentimento de liberdade para expressar-se, fazer amizades, confiar e sonhar, é algo muito benéfico para o seu desenvolvimento, pois gera autoestima, esperança e desejo de mudança a partir das possibilidades e oportunidades que lhes forem apresentadas. É esse o papel de ponte que cumprem as políticas e os programas sociais como o SCFV com base na educação formativa.

No que tange aos aspectos negativos apontados pelos ex-usuários, em suas avaliações sobre o programa, destacam-se a descontinuidade dos projetos ou a interrupção de serviços antes ofertados, o espaço inapropriado, a falta de incentivo e investimento, o que pode ter relação com a não aplicação devida dos recursos destinados e a possível interferência política na execução do programa.

A falta de estrutura foi observada negativamente pelo entrevistado Eduardo (2021) que o descreveu como pequeno, o que acabava impossibilitando uma boa acomodação dos usuários. Nesse tocante, a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais destaca que para o funcionamento do programa deve-se destinar um espaço apropriado que atenda as suas necessidades, com “sala(s) de atendimento individualizado, sala(s) de atividades coletivas e comunitárias e instalações sanitárias, com adequada iluminação, ventilação, conservação, privacidade, salubridade, limpeza e acessibilidade” (Brasil, 2009, p. 12). Deve ainda, dispor dos recursos materiais indispensáveis a realização das atividades propostas. Vê-se, portanto, uma discrepância entre o que está no papel e o executado.

A oferta dos serviços em dias alternados e não diário, também foi visto como um ponto negativo, mas que por outro lado reflete o sentimento de pertença despertado no e pelo

programa. O SCFV mostra-se uma experiência prazerosa e atrativa, cujas atividades contêm aprendizados que provavelmente serão aplicados na vida em sociedade, ajudando a pensar de modo reflexivo e a encarar as vivências de forma propositiva.

Quando perguntados em relação às contribuições que o SCFV trouxe para suas vidas, os participantes pontuaram o aprimoramento das aptidões e habilidades, as amizades, os conhecimentos artísticos, oportunidade de conhecer lugares, visão de mundo, contribuição para o conhecimento pessoal e social na forma de se relacionar, e a possibilidade em se tornar um ser humano melhor. O entrevistado Daniel (2021) ressaltou a validade da sua experiência no SCFV: “contribuiu para o meu modo de enxergar a vida e seguir no caminho certo”. Assim, percebemos que os conhecimentos adquiridos no programa o ajudaram a ampliar sua visão do mundo e a forma de se enxergar socialmente

Fábio (2021), que atualmente é servidor público e atua como orientador social no município, relatou que a participação no programa lhe trouxe “a inspiração e o desejo de passar em um concurso público e ser um profissional do SUAS (Sistema Único de Assistência Social)”. O sonho, que se tornou uma realidade na vida do entrevistado, mostra que o aporte e a orientação recebidos despertaram-lhe o desejo de fazer parte dessa rede de apoio e contribuir para ser um diferencial também na vida de outros jovens.

A ex-usuária Geiza (2021), elencou muitas contribuições: “me formou para o mundo, me fez enxergar novos horizontes, e me deixou mais apta para o convívio em sociedade”, disse. Acreditar em si mesmo é uma aptidão necessária para traçar novas perspectivas para a vida, mesmo diante de situações adversas, é um potencial que leva o sujeito a assumir as responsabilidades do que lhe ocorre, garantindo autonomia e discernimento para direcionar seu percurso e suas vivências. É isso o que possibilita o SCFV.

Já o entrevistado José (2021) ressaltou: “tive muito aprendizado, que sou grato demais a cada um que me ensinou, que me apoiou e que de uma forma me ajudou no que sou hoje”. Mais uma vez, percebemos a importância da atuação comprometida dos educadores sociais, orientadores, facilitadores e oficinairos dentro do programa, que normalmente acabam se tornando um referencial para os jovens e sendo parte essencial na sua transformação.

Ao final da pesquisa, os (as) entrevistados (as) foram questionados se havia algo que gostariam de dizer a respeito do programa, algum apontamento que não havia sido contemplado nas questões anteriores, (6) seis dos participantes responderam que “Não”, já os outros (4) quatro acrescentaram:

Breno: Apesar de eu ter tido professores exemplares, com os quais fiz amizade que levo até hoje, sabemos que ocorre perseguição política com os contratados e

o processo seletivo não é claro para a contratação dos professores. Deveria haver concurso público para que este cabide de empregos acabe.

Eduardo: Foi uma fase muito importante da minha vida, de muitos aprendizados que carrego até hoje.

Fábio: No meu ponto de vista, o reordenamento dos serviços (junção do Peti com o ProJovem) foi e continua sendo um grande desafio. Antes os Programas funcionavam em prédios diferentes, o espaço físico era mais favorável pela quantidade de usuários ser menor. A abordagem e a prática também eram diferentes, pois o Peti atendia apenas crianças e o ProJovem, adolescentes e jovens. Hoje o Serviço atende todas essas faixas etárias além dos idosos que foram incluídos.

Helena: É um programa excelente para crianças e jovens, como também para os idosos.

Na perspectiva dos egressos, há interferência política no que tange a escolha dos ocupantes dos cargos profissionais dentro do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, o que é um ponto a ser observado, que poderia e deveria ser solucionado por meio de concursos públicos, exigindo-se os devidos critérios para preenchê-los.

Outro ponto importante, atentado por um dos entrevistados, são os desafios trazidos pelo reordenamento de dois programas diferentes, que culminou na unificação do PETI e ProJovem, com um público em diferentes faixas etárias, e a inclusão dos idosos, que passa a requerer muito mais planejamento, didática e dinâmica de atividades, além de uma divisão do tempo dedicado em função de cada público-alvo, mas que no final acaba sendo uma experiência valiosa para todos

Considerando as avaliações feitas pelos ex-usuários atendidos pelo programa em diferentes anos, podemos verificar que o SCFV cumpre sua função social na vida dos jovens no que tange a ampliação das suas perspectivas pessoais e profissionais para o futuro, na oportunização de acesso ao capital cultural por meio das oficinas e passeios, na elevação da autoestima por meio das orientações e relações interpessoais, e no fortalecimento dos vínculos comunitários e das sociabilidades.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho analisou o programa Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV do ponto de vista social e educativo, bem como buscou constatar as principais contribuições ao desenvolvimento, sobretudo, pessoal e profissional dos usuários, focando em suas características de execução na cidade de Dona Inês – PB por meio de relatos concedidos em entrevista realizada por meio de formulário eletrônico. Assim, pudemos observar e destacar os pontos positivos, entre eles: a sensação de liberdade sentida no programa, tratamento humanizado por parte dos educadores e funcionários, contribuições para a sociabilidade, o fortalecimento e a criação de laços de amizade, a aprendizagem sobre valores, direitos, deveres, aprimoramento de habilidades e inspiração profissional.

Diante do que foi discutido, a partir da pesquisa que embasou este trabalho, percebemos a necessidade de reconhecer a importância da formação e de propiciar serviços de capacitação aos profissionais que atuam no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, como também em outros programas com esse viés, pois, mesmo tratando-se de uma educação não formal, a qual é entendida, equivocadamente, pelo senso comum como algo que não há carência de se obter conhecimentos mais aprofundados, os profissionais envolvidos precisam estar munidos de um arcabouço teórico e epistemológico, para que possam fundamentar e aprofundar seus conhecimentos e ações, a fim de garantir a qualidade do que é ofertado, em cumprimento a sua função socioeducativa de ensinar aos jovens a conhecer e reconhecer os seus direitos e deveres na sociedade, apropriando-se desses de forma crítica, para atuar no seu meio ativamente e interventivamente.

Neste sentido, a ponte entre a epistemologia e a prática se faz através da pedagogia social, ciência cujos conhecimentos teóricos convergem para a ação realizada pelos educadores sociais com caráter transformador e libertador, na vida e na postura assumida socialmente pelas crianças, adolescentes, jovens e cidadãos que se encontram a margem e sem acesso aos direitos e garantias fundamentais estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, na nossa Constituição Federal de 1988 e na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Políticas socioassistenciais, nas quais se expressam a pedagogia e a educação social, como o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, dedicam-se a formação e a transformação através do dinamismo de atividades artísticas, culturais, esportivas e dialógicas que aproximam a teoria e a prática na construção dos conhecimentos e do pensamento crítico, o exercício da cidadania e o desenvolvimento de habilidades. Compreende-se, a partir dessa

premissa, a importância e a carência do investimento estrutural no espaço de atividade e do compromisso dos setores competentes com a continuidade dos projetos iniciados e idealizados, aqui relatados como pontos negativos.

Para que políticas públicas, como o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, funcionem efetivamente e cumpram o seu papel transformador e interventivo na realidade de crianças, jovens, adultos e idosos em condições de vulnerabilidade, é necessário que haja um compromisso das entidades governamentais e secretarias responsáveis com os critérios estabelecidos pelos programas e os resultados pretendidos. Isso só ocorrerá através da boa aplicação dos recursos na infraestrutura, materiais de subsídios às atividades internas e externas, boa remuneração e formação dos profissionais, acompanhamento psicológico, pedagógico e familiar conforme a necessidade dos usuários.

A educação por si só não é suficiente para transformar uma realidade, mas sim, um dos principais meios que possibilitam essa mudança, especialmente em uma sociedade em que as desigualdades estão além da distribuição de renda, no sistema de saúde, na infraestrutura básica, entre outros, o que tangencia e desencadeia uma série de outras carências: psíquicas, morais, emocionais, intelectuais etc., que merecem atenção, uma vez que a necessidade não está só no campo material, mas também no campo subjetivo.

O ser humano enquanto indivíduo racional e sensorial necessita desse aporte das habilidades pessoais, para que se sinta capaz de reivindicar e dar voz a si mesmo e a outros. Nesse sentido, é que a pedagogia social presente nas políticas públicas educacionais e programas sociais buscam fortalecer, atribuir valores, empoderar, sanar traumas e subsidiar uma reconstituição desse sujeito enquanto cidadão que consciente de suas atribuições sociais, possa se utilizar do conhecimento como um instrumento de luta nos seus processos sociais, no combate às desigualdades, e nos mais variados âmbitos em que coabitar.

Observando os contextos político, econômico e social vivenciados no país, marcado pela redução do Estado, maior abertura às iniciativas neoliberais e o (in)consequente corte dos gastos públicos que tende a penalizar esse tipo de Serviço, nota-se um descomprometimento por parte das lideranças com o estado de bem-estar social, o que repercute negativamente nos grupos e segmentos sociais (crianças, jovens e idosos) que vivem em situações de vulnerabilidade e risco.

Consideramos, portanto, a relevância das contribuições sociais do SCFV ofertado pelo Centro de Referência da Assistência Social, na cidade de Dona Inês – PB, observado a partir dos relatos, o seu papel socioeducativo e formativo desempenhado para o desenvolvimento das capacidades pessoais e profissionais dos jovens atendidos, imprescindíveis ao convívio

social e humano, pois, como vimos, a aprendizagem significativa provoca efeitos para além do espaço acadêmico, tornando-se um instrumento de transformação dos sujeitos e de suas condições de vida.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº. 8069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica – NOB/SUAS**. Resolução CNAS n. 130, de 15 de julho de 2005. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/Secretaria Nacional de Assistência Social, Brasília, DF, 2005. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/cnas/politica-e-nobs>. Acesso em: 29 out. 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS**. 1. ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009. Disponível em: http://www.mds.gov.br/.../copy_of_orientacoes_cras_1.pdf/download. Acesso em: 30 out. 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004; Norma Operacional Básica – NOB/SUAS**. Resolução CNAS n. 145, de 15 de outubro de 2004. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/Secretaria Nacional de Assistência Social, Brasília, DF, 2005. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/cnas/politica-e-nobs>. Acesso em: 29 out. 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais**. 2013. Reimpressão, Conselho Nacional de Assistência Social – Edifício Ômega, Brasília- DF, 2014. Disponível em: www.mds.gov.br Acesso em: 07 nov. 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/ Conselho Nacional de Assistência Social. **SUAS – Sistema único da Assistência Social [Consolidação]**. Brasília-DF, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/ Conselho Nacional de Assistência Social. **Resolução nº 01, de 21 de fevereiro de 2013**. Brasília-DF, 2013. Disponível em: <http://blog.mds.gov.br/redesuas/resolucao-no-1-de-21-de-fevereiro-de-2013>. Acesso em: 11 nov. 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução n. 109, de 11 de novembro de 2009. Aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2009. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/arquivo>. Acesso em: 30 out. 2020.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/dona-ines/panorama>. Acesso em: 21 de set. de 2020.

BRASIL. Ministério da Cidadania/Secretaria Especial de Desenvolvimento Social/Secretaria Nacional de Assistência Social. Portaria nº 58, de 15 de abril de 2020. Aprova a Nota Técnica

nº 20/2020, que traz orientações gerais acerca da regulamentação, gestão e oferta de benefícios eventuais no contexto de enfrentamento aos impactos da pandemia da COVID-19, causada pelo novo coronavírus, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Ed. 73. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2020.

BRASIL. Ministério do desenvolvimento Social e Agrário/ Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução nº 07 de 18 de maio de 2016. Aprova o II Plano Decenal da Assistência Social (2016/2026). **Diário Oficial da União**. Brasília – Ed. 96. Seção 1, p. 58, 20 mai. 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações técnicas sobre o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos: prioridade para crianças e adolescentes integrantes do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil** – Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializada de Assistência Social – CREAS**. 1. ed. Brasília: 2011.

BRASIL. Presidência da República. Lei n. 12.435, de 06 de julho de 2011. Altera a Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 06 de jul. 2011.

Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20112014/2011/Lei/L12435.htm#art1. Acesso em: 31 out. 2020.

BRASIL. Presidência da República. Lei n. 8.742, de 07 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização de Assistência Social e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 07 de dez. 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742.htm . Acesso em: 29 out. 2020.

CALIMAN, Geraldo. Pedagogia Social: seu potencial crítico e transformador. **Revista de Ciência da Educação** – UNISAL. Americana – São Paulo, nº 23, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa**. 12. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HOFFMANN, Rodolfo. Pobreza, insegurança alimentar e desnutrição no Brasil. **Estudos Avançados**. 1995. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ea/a/RWzRsdvZLf4YWRyCNjN8c4R/?lang=pt>. Acesso em: 19 nov. 2021.

LIMA, Edson de Souza. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos em Recife e direitos humanos: experimentando novas construções sociais. In. **2º CONIDIH** – Congresso Internacional de Direitos Humanos. 2017, Recife. **Anais eletrônicos**. Recife: Disponível em: <https://www.sigas.pe.gov.br/files/12192017012932-servico.de.convivencia.e.fortalecimento.de.vinculos.em.recife.e.direitos.humanos.pdf>. Acesso em: 01/12/2020.

MACHADO, Érico Ribas. **Fundamentos da Pedagogia Social**. Universidade do Centro-Oeste/ UNICENTRO. Paraná, 2015.

MACHADO, Érico Ribas; HOLETZ, Carla Daniele Campos. A função educativa do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Curitiba – PR. **XIII EDUCERE – Congresso Nacional de Educação** – Anais - ISSN 2176-1396, pág. 4407-4416, 2017. Disponível em: <https://campusvirtual.fiocruz.br/portal/?q=node/28960>. Acesso em: 12/08/2020.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **Programa de Erradicação do Trabalho Infantil**. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/assistencia-social/servicos-e-programas-1/acao-estrategica-do-programa-de-erradicacao-do-trabalho-infantil>. Acesso em: 07 out. 2020.

PEREIRA, A. S. *et al.* **Reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos: passo a passo**. Brasília. Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome. 2013.

REIS, Kaiane. **Marcos Normativos do Sistema Único de Assistência Social**. Publicado em 18 de Dez. 2018. Disponível em: <https://www.gesuas.com.br/blog/marcos-normativos-dosuas>. Acesso em: 30 out. 2020.

RUA, Maria das Graças. Análise de Política Públicas: Conceitos Básicos. *In*: RUA, Maria das Graças; CARVALHO, Maria. (org.). **O Estudo da Política: Tópicos Seleccionados**. Paralelo 15, Brasília: 1998.

SALES, Kelson Ferreira; MENEZES, Ana Célia Silva. Educação integral: contribuições e desafios advindos da aprendizagem significativa e da pedagogia crítica. *In*: MOREIRA, Orlandil de Lima; LIMA, Maria Margaret de (orgs). **Educação integral e direitos humanos: implicações pedagógicas e culturais**. João Pessoa: Editora do CCTA, 2015, p. 23-35.

SCALON, Celi. **Desigualdade, pobreza e políticas públicas: notas para um debate**. Contemporânea, São Paulo. v. 1, p. 49-68, 2011.

SILVA, Marcelo Saturnino; SILVA, Verônica Pessoa da; MENEZES, Germana Alves de. O educador no espaço das políticas de assistência social: aportes teóricos-metodológicos e éticos. **Revista Educação em Questão**. Natal/ RN, v. 59, n. 61, p. 1-22, e-25084, jul./set. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/25084>. Acesso em: 24/11/2021.

TAVARES, Keyla Cardoso; MOURA, Késsia Mileny de Paulo. Outros espaços, novos saberes: a atuação do pedagogo no Centro de Referência e Assistência Social – CRAS, em Imperatriz – MA. **Revista InterEspaço – Revista de Geografia e Interdisciplinaridades**. Grajaú – MA, v. 2, n. 6, p. 344-366, 2016. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/interespaco/article/view/6501>. Acesso em: 24/08/2020.

UNESCO. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, de 10 de dezembro de 1948. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139423> Acesso em: 30 out. 2020.

APÊNDICE I – LINK DO FORMULÁRIO ELETRÔNICO UTILIZADO NA PESQUISA

<https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSd76BAGpgNiGnorE95psD9vjAF7aExLv9xvsjrkU-TA_tzBBQ/viewform>

APÊNDICE II – ESTRUTURA DO QUESTIONÁRIO PELO *GOOGLE FORMS*

Este formulário contém questões cujas respostas serão pertinentes a análise de dados na elaboração de um Trabalho de Conclusão de Curso, sobre o SCFV na cidade de Dona Inês. Você aceita responder **LIVREMENTE** a este questionário? *

Sua resposta

Nome: *

Sua resposta

Idade: *

Estado civil: *

Sua resposta _____

Identidade de gênero: *

Masculino

Feminino

Outro: _____

Escolaridade: *

Sua resposta _____

Renda bruta familiar: *

Sua resposta _____

Exerce alguma atividade profissional? Qual? *

Sua resposta _____

Em que ano participou do SCFV (ou ProJovem) de Dona Inês? *

Sua resposta _____

O que o levou a participar deste programa? *

Sua resposta

Como você avalia sua experiência no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos? *

Sua resposta

Como você avalia sua experiência no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos? *

Sua resposta

O que fazia, quais atividades eram desenvolvidas? *

Sua resposta

Para você, o que era mais prazeroso e relevante dentro do programa?

Sua resposta

Quais os pontos positivos e negativos do SCFV? *

Sua resposta

Quais as contribuições que o SCFV trouxe para você? *

Sua resposta

Há algo que você gostaria de dizer a respeito do SCFV que não foi contemplado nas perguntas anteriores?

Sua resposta

Enviar

Página 1 de 1

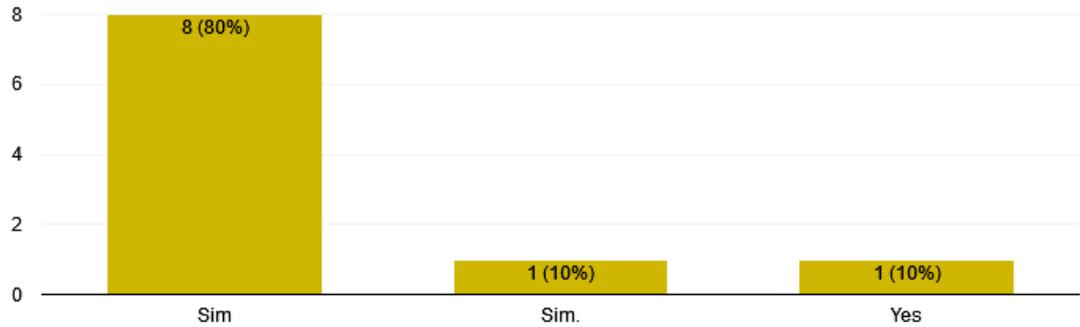
Limpar formulário

ANEXO III – RESPOSTAS AO QUESTIONÁRIO DO *GOOGLE FORMS*

Este formulário contém questões cujas respostas serão pertinentes a análise de dados na elaboração de um Trabalho de Conclusão de Curso, sobre o SCFV na cidade de Dona Inês. Você aceita responder LIVREMENTE a este questionário?

[Copiar](#)

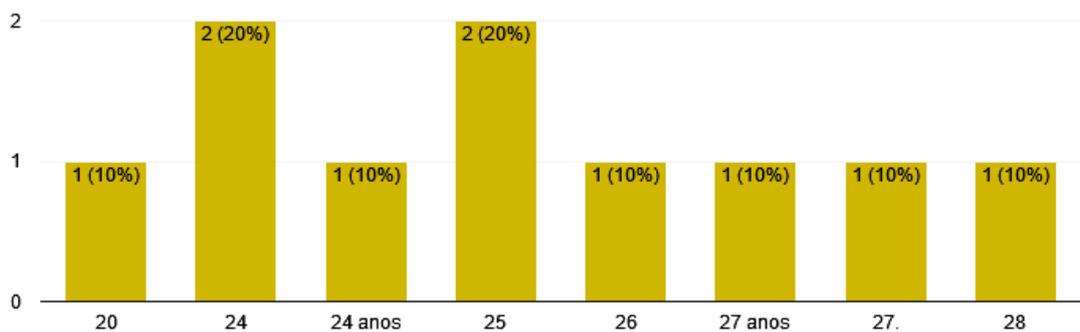
10 respostas



Idade:

[Copiar](#)

10 respostas



Estado civil:

10 respostas

Casado

Solteiro

União Estável

Solteira

Solteira

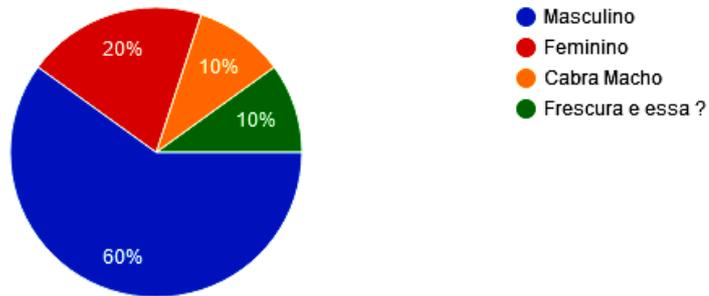
Solteiro.

Solteiro

Identidade de gênero:

 Copiar

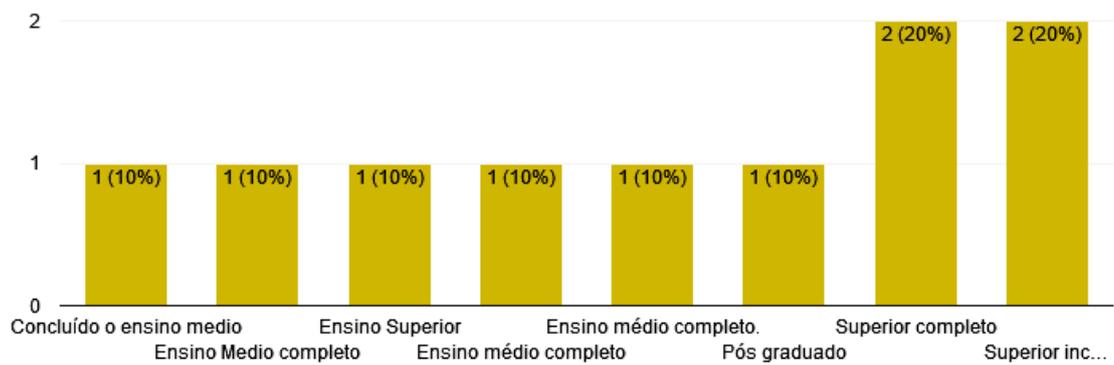
10 respostas



Escolaridade:

 Copiar

10 respostas



Renda bruta familiar;

10 respostas

2 salários mínimos

4.000,00

R\$ 2.000,00

5000,00

2 salários mínimos

1.045,00

Não sei exatamente

Salario mínimo

1 salário mínimo.

Um salário mínimo

Exerce alguma atividade profissional? Qual?

10 respostas

Sim. Oficineiro de teatro do SCFV

Bancário

Gerente

Autônomo

Servidor público

Orientador Social

Sim,oficineira de dança

Sim. Monitora

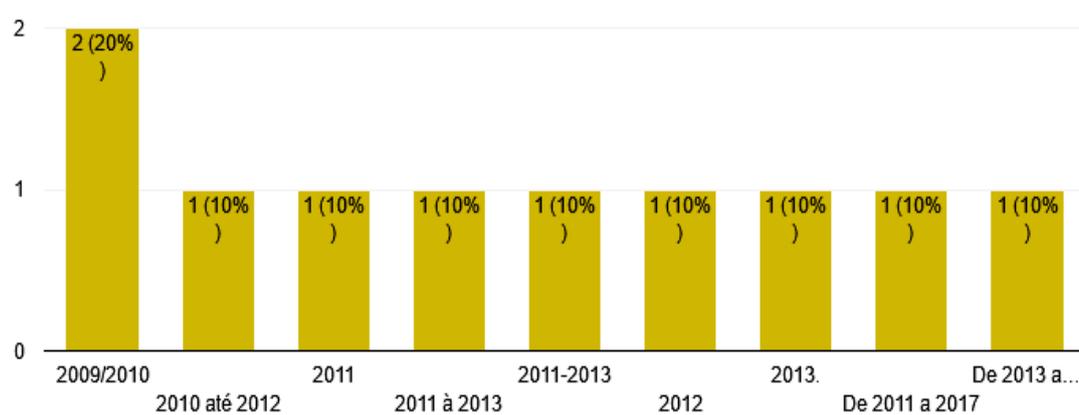
Não.

Professor de zumba

Em que ano participou do SCFV (ou ProJovem) de Dona Inês?

 Copiar

10 respostas



O que o levou a participar deste programa?

10 respostas

As oficinas ofertadas

Eu já havia participado de alguns programas sociais antes, como o projeto Arte e Vida Cidadã e o CRAS e gostei das atividades.

Amigos

Novos aprendizados

Aprendizagem

Incentivo de colegas de classe que falavam bem do Programa, na época, chamado Projovem.

As oficinas, atividades que eram oferecidas.

A curiosidade de saber como era.

Sempre participei em cidades anteriores e quando eu cheguei pra morar aqui em Dona Inês, minha mãe me inscreveu logo, e daí só fui aprendendo varias coisas e hj trabalho com dança com o aprendizado que tive lá.

Como você avalia sua experiência no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos?

10 respostas

Ótima

Incrível

Maravilhosa

Excelente

Minha experiência no ProJovem Adolescente foi muito positiva, pois lá eu tive incentivo para o desenvolvimento de diversas potencialidades artísticas e culturais. Além da contribuição para uma melhor compreensão dos meus direitos e deveres enquanto cidadão, bem como, para a formação de vínculos de amizade e melhor socialização.

Uma experiência fantástica que marcou toda minha vida, com valores e aprendizados únicos.

Experiência muito boa... aprendi muito.

Ótima, fiz muitos amigos.

Foi uma experiência incrível, sou muito grato

O que fazia, quais atividades eram desenvolvidas?

10 respostas

Desenho, futsal, natação, vôlei, informática, dança, música..

Oficinas de música, dança, artes e informática

Natação, dança, capoeira, entre outras mais...

Natação, educação física, música, artes, quadrilha flor de cacto,entre outras.

Música, dança, artes, esportes...

Orientação Social (eram trabalhados os temas transversais), FTG (Formação Técnica Geral- incentivo para nossos sonhos profissionais) e oficinas de arte, arteterapia, música, dança, natação, futsal, capoeira, construção de horta e jardim... Obs: As oficinas podiam mudar a cada ano.

Oficinas: dança, teatro, esportes, artes manuais, orientação social, atividades de música entre outras.

Participava de todas as oficinas. Música, dança, teatro, artes, orientação social, arte terapia...

Futebol, Futsal e dança.

Dança, teatro, música, artes, orientação social e futebol

Para você, o que era mais prazeroso e relevante dentro do programa?

10 respostas

Os vínculos criados dentro do espaço.

A quadrilha estilizada e o grupo de percussão

Uma pessoa que conheci

A união dos jovens.

As amizades construídas.

Saber que tínhamos um espaço onde podíamos aprender coisas novas, nos desenvolver, dar nossa opinião, fazer amizades e mostrar nosso potencial enquanto adolescentes.

No meu ponto de vista todas as atividades ofertadas era prazerosas, todas contribuíram para o meu desenvolvimento.

Mais prazeroso as aulas de violão, dança e teatro, mais relevante as aulas de orientação.

A forma de ensinar dos professores e a amizade de alguns colegas que viriam se tornar amigos.

Quando vc aprende algo novo com os orientadores. sempre me despertava mais aprendizado.

Quais os pontos positivos e negativos do SCFV?

10 respostas

Os positivos era possibilidades dadas de você aprimorar suas habilidades. Os pontos negativos não são relevantes

Pontos positivos: a liberdade de criatividade dos jovens, a proximidade entre professores e alunos, e alunos e alunos.

Pontos negativos: a não continuidade dos projetos, como o grupo de percussão.

Antes nem um, hoje muitos o pior deles o endurecimento de regras e a tentativa de misturar idades apenas por conveniência financeira.

Pontos positivos é que foi uma experiência única de aprendizagem que levarei por toda vida. Pontos negativos é que as vezes faltava um pouco de incentivo dos órgãos responsáveis.

Ponto negativo. O espaço, o prédio, penso que hoje o mesmo é muito pequeno para acomodar os usuários. Ponto positivo. Os funcionários, são todos competentes.

Considero bastante positivos os projetos que eram desenvolvidos a nível de Município: Quadrilhas, peças de teatro, time de futebol, grupos de Xaxado, Maracatú, Banda de Percussão, gincanas, passeios...

Vejo como negativo, alguns outros projetos comunitários que em dado momento fomos motivados a traçar, contudo, não foi possível colocarmos em prática. Cada coletivo devia traçar um projeto, lembro de 2: a rádio comunitária e a melhoria da praça próxima a Prefeitura.

São muitos pontos positivos: Todos que participaram tem relatos positivos dos momentos vivenciados lá

Positivos: todas as atividades eram bem planejadas e executadas. As apresentações, tudo levava para o nosso crescimento social e pessoal.

Negativo: poderia ter mais oficinas, como a natação q foi tirada, assim como informática... O espaço tbm n era muito extenso.

Positivos era a maneira de como os professores e eu funcionários tratavam todos os Alunos da época.. E um ponto negativo no meu ponto de vista é que deveria ter investido mais no esporte.

Pontos positivos: os orientadores eram muito dedicados, e lhe transmite alegria.

Negativos: não era a semana toda, e sim de 2 a 3 dias.

Quais as contribuições que o SCFV trouxe para você?

10 respostas

Todas. A minha aptidão em algumas habilidades, por exemplo.

Amizades para vida, conhecimentos em música, dança e a oportunidade de conhecer vários lugares.

Amizades, conhecimento de mundo e lembranças memoráveis

Contribui para o meu modo de enxergar a vida, e seguir no caminho certo.

Me tornei um ser humano melhor.

Me tornei um ser humano melhor.

A inspiração e o desejo de passar em um concurso público e ser um profissional do SUAS (Sistema Único de Assistência Social).

Muitas. Me formou para o mundo, me fez enxergar novos horizontes, e me deixou mais apta para o convívio em sociedade.

Crescimento pessoal, e social...

Companheirismo.

Tive muito aprendizado, que sou grato demais a cada um que me ensinou, que me apoiou e que de uma forma me ajudou no que sou hj.

Há algo que você gostaria de dizer a respeito do SCFV que não foi contemplado nas perguntas anteriores?

10 respostas

Não

Não.

Apesar de eu ter tido professores exemplares, com os quais fiz amizade que levo até hoje, sabemos que ocorre perseguição política com os contratados e o processo seletivo não é claro para a contratação dos professores. Deveria haver concurso público para que este cabide de empregos acabe.

Nao

Foi uma fase muito importante da minha vida, de muitos aprendizados que carrego até hoje.

No meu ponto de vista, o reordenamento dos serviços (junção do Peti com o ProJovem) foi e continua sendo um grande desafio. Antes os Programas funcionavam em prédios diferentes, o espaço físico era mais favorável pela quantidade de usuários ser menor. A abordagem e a prática também eram diferentes, pois o Peti atendia apenas crianças e o ProJovem, adolescentes e jovens. Hoje o Serviço atende todas essas faixas etárias além dos idosos que foram inclusos.

Não

É um programa excelente para crianças e jovens, como também para os idosos.

Não.

